

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	135.980	117.046
Custo dos serviços prestados	(87.629)	(77.807)
LUCRO BRUTO	<u>48.351</u>	<u>39.239</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(21.206)	(23.031)
Outras receitas (despesas) operacionais, liquidas	(13.997)	(6.226)
Resultado de equivalência patrimonial	3.452	1.869
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>16.640</u>	<u>11.850</u>
Receitas financeiras	1.035	420
Despesas financeiras	(3.559)	(1.421)
RESULTADO FINANCEIRO	<u>(2.524)</u>	<u>(1.001)</u>
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>14.116</u>	<u>10.850</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.207)	(3.830)
Imposto de renda e contribuição social diferido	400	444
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>10.309</u>	<u>7.464</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO (PREJUIZO) DO EXERCÍCIO	10.309	7.464
Outros resultados abrangentes		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>10.309</u>	<u>7.464</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRações DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	10.309	7.464
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.797	2.338
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	5.001	6.907
Juros com arrendamento mercantil	440	445
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-
Equivalência patrimonial	(3.482)	(1.869)
Provisão para contingências	1.028	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(400)	(444)
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(15.075)	(7.182)
Estoque	(1.991)	(394)
Impostos a recuperar	(8.950)	(2.026)
Outros ativos	(1.504)	894
Fornecedores	11.136	502
Salários e encargos	(964)	(314)
Tributos a pagar	5.305	3.083
Outros passivos	8.144	114
Caixa gerado pelas operações	10.823	7.828
Imposto de renda e contribuição social pagos	(460)	(1.103)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	10.363	6.725
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(114)	(112)
Passivos arrendados	22	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-
Aplicação financeira em títulos e valores mobiliários, e outros ativos	12.938	-
Aumento de capital	-	-
Dividendos recebidos	828	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	13.674	(112)
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamento	-	-
Pagamento de arrendamento mercantil	(1.589)	(1.612)
Partes relacionadas	4.222	5.984
Pagamento de dividendos	(4.764)	(11.189)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.131)	(6.817)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.906	(204)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.769	7.573
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	29.275	7.369
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.906	(204)

RMACÕES GERAIS: ALIANÇA INSTITUTO DE ONCOLOGIAS S.A. ("Companhia")

dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor originário dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é calculado como a diferença entre o custo histórico do ativo e o valor atualizado. A perda por "impairment" diminuirá e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Contas a receber de clientes: Os créditos decorrentes da venda de produtos ou serviços são avaliados na exatidão normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito decorrente da experiência histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo do recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas na avaliação pelo custo líquido, amortizado com base no método linear, e se o prazo for maior que um ano, inicialmente, é reconhecida pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo líquido determinado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), considerando o conceito de perdas esperadas.

2.6. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o preço de mercado observados no balanço, exceto para os valores os quais a Companhia estima baseado em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição.

2.7. Imobilização: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões para reparos recorrentes registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado.

(ii) Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados sobre sua vida útil definida, sob condições normais de uso, até serem totalmente depreciados, estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que os mesmos estiverem prontos para uso. Quando a vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente, Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a vida útil está assim determinada: 10 anos (ou 10% a.f.) para "Máquinas e equipamentos de Instalações Móveis Intensivos"; 5 a 7 anos para "Equipamentos eletrônicos"; e 20 anos (ou 20% a.f.) para computadores e periféricos.

Ativo intangível: O ativo intangível é aquele cujo valor não pode ser definido. São reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliadas com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é registrada no resultado. Ativos intangíveis sem vida útil definida são aqueles em que estes estão disponíveis para uso.

2.9. Arrendamento mercantil: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento ao longo a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de duração inferior a 12 meses) e arrendamentos de baixo valor (definidos como aqueles cujos arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos são consumidos). Os arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa a taxa incremental de capitalização da Companhia. Quando ocorrer qualquer alteração de prazo ou valor, o prazo de arrendamento for alterado ou houver qualquer evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício.

2.10. orredores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante. As contas a pagar aos fornecedores são apresentadas separadamente, e as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos.

2.11. Impostos de renda e contribuição social: Tributos correntes: A Provisão para impostos de renda e contribuição social é baseada no lucro antes do imposto e difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Tributos diferidos: Impostos diferidos decorrem de diferenças temporárias entre o valor pago e recebido, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, ao diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e ao diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço para determinar se os impostos diferidos ativos devem permanecer em seus respectivos valores ou não permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma jurisdição. Quando os impostos diferidos ativos e passivos não podem ser compensados em entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alquotas vigentes da seguinte forma: Imposto de renda pessoa jurídica: a alquota de 15%, acrescida da alquota de 10% para o montante do lucro tributável que exceder o limite de 2 milhões de reais; Imposto de renda pessoa física: a alquota de 27,5% para

avalia sua posição contábil, assumida na declaração de renda. Correlação a situações em que a regulamentação tributária aplicável seja sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui providões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **2.12. Reconhecimento de receitas: (I) Serviços:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados para a Companhia quando possível mensurado de forma confiável com base na medida do valor da receita dos serviços. A receita dos serviços prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é determinada com base no custo líquido das despesas de produção e distribuição, incluindo a sua parcela, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. Assim, a Companhia possui a propriedade e o risco de perda até a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. **(II) Receitas financeiras:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14. Custos ativos:** Os custos ativos são aqueles que representam custos incorridos para gerar benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo o qual puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente de transferir um benefício econômico futuro em troca de eventuais pagamentos futuros. Quando aplicável, do correspondente encargo das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados como não circulantes. Perdas decorrentes de operações com partes relacionadas são compostas por contas de mútuos a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são revisitos de uma maneira contínua. Revisões contínuas são necessárias para assegurar que as estimativas e os julgamentos não exercem um efeito material sobre as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são consideradas estimativas e julgamentos críticos.

Os créditos em aberto e o reconhecimento de uma perda de crédito esperada para a utilização a matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. As informações sobre as perdas de crédito esperadas são atualizadas com base nas taxas de perda histórica no período de 12 meses anteriores à disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados em sua totalidade a partir do momento que há um processo judicial vinculado. Em caso de crédito a contar devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, esses deverão ser provisionados imediatamente pelo valor da perda histórica observada no período de 12 meses anteriores pelo devedor. A caracterização da glosa efetiva ocorre no momento da autorização do faturamento pelo convênio. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimento dos recursos é determinado de acordo com a operadora de saúde. O momento em que o recurso é protocolado é considerado. Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna da Companhia, que considera as perdas estimadas que são mensuradas considerando as perdas históricas.

Ativo imobilizado e intangível: A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis.

DIRETORIA
Rodrigo Ferreira Medeiros da Silva

CONTADORA

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 31/03/2023.

Documents enclosed

Documento assinado e
certificado digitalmente

conforme MP N° 2.200-
de 24/08/2001. A

autenticidade pode se
conforto, colado

conferida ao lado.

ICP Aponte a câmera do seu celular para o

QR Code para acessar a página de

Publicidade Legal no portal do Jornal d
Brasília ou acesse o link:

jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal

□ ★ □



Figure 1